

## “O paraíso dos criminosos”: imprensa, política e crimes na cidade do Rio de Janeiro durante as eleições do início do século

XX

“The paradise of criminals”: press, politics and crimes in the city of Rio de Janeiro during the elections of the early 20th century

Ana Vasconcelos Ottoni \*

**Resumo:** O artigo aborda como a imprensa retratava as supostas relações entre política e as ocorrências de crimes na cidade do Rio de Janeiro durante as eleições do início do século XX. No centro da atenção estão as publicações de crimes cometidos pelos cabos eleitorais/capangas de políticos divulgadas pelos três maiores jornais cariocas da época – *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*. Segundo os jornalistas, os delitos perpetrados por tais personagens podiam ser realizados tanto com fins eleitorais, já que agiam a mando dos políticos que buscavam ganhar as eleições a qualquer custo, quanto para finalidades pessoais dos cabos eleitorais/capangas. Procura-se avaliar as justificativas e explicações para tais crimes apresentadas pela imprensa carioca durante as eleições das duas primeiras décadas do século XX. Para isso, optamos por privilegiar duas variáveis localizadas na própria documentação: o relacionamento dos políticos com os criminosos e as influências/pressões políticas na polícia. Na perspectiva dos jornalistas da época, essas variáveis contribuíram para explicar a impunidade e o aumento das práticas criminais no Rio de Janeiro durante os pleitos eleitorais do período em foco.

**Palavras-chave:** imprensa carioca, crimes, eleições no início do século XX

---

\* Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). O presente artigo é resultado, com algumas alterações, do último capítulo da minha tese de doutorado intitulada “*O paraíso dos ladrões*”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920). Niterói: Tese de doutorado em História, PPGH/UFF, 2012. A tese contou com o financiamento da CAPES. Agradeço às historiadoras Martha Abreu e Marialva Barbosa pelas informações que contribuíram para a realização deste artigo.

**Abstract:** The article discusses how the press presented the supposed relations between politics and the occurrence of crimes in the city of Rio de Janeiro during the elections of the early twentieth century. At the center of attention are the publications of crimes committed by the electoral links /politicians' henchmen released by the three largest newspapers in Rio de Janeiro - *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* and *Gazeta de Notícias*. According to journalists, the crimes perpetrated by such people could be carried out both for electoral purposes, as they acted at the behest of politicians who sought to win elections at any cost, and for personal purposes of the electoral links /henchmen. The paper aimed to evaluate the justifications and explanations for such crimes presented by the Rio press during the elections of the first two decades of the twentieth century. For this, we chose to privilege two variables located in the documentation itself: the relationship of politicians with criminals and political influences / pressures in the police. From the perspective of the journalists of the time, these variables contributed to explain the impunity and the increase of the criminal practices in Rio de Janeiro during the election campaigns of the period in focus.

**Keywords:** Rio press, crimes, elections in the early 20th century

## Introdução

“O paraíso dos criminosos”. Era assim que a cidade do Rio de Janeiro, a então capital da República, era chamada nas páginas da *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* durante as eleições do início do século XX. Naquelas páginas, assinalava-se que a capital federal tinha tal designação devido aos vários crimes aí perpetrados de forma livre e impune pelos cabos eleitorais/capangas de políticos da época. Segundo os profissionais de imprensa, os delitos cometidos por tais personagens podiam ser realizados tanto com fins eleitorais, já que agiam a mando dos políticos que buscavam ganhar as eleições a qualquer custo, quanto para finalidades pessoais desses cabos eleitorais/capangas.

O presente estudo aborda como a imprensa retratava as supostas relações entre política e as ocorrências de crimes na cidade do Rio de Janeiro durante as eleições do início do século XX. No centro da atenção estão as publicações de crimes cometidos pelos cabos eleitorais/capangas de políticos divulgadas pelos três maiores jornais cariocas da época –

*Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*. Seleccionamos tais impressos pois eram os principais jornais cariocas, em termos de circulação<sup>1</sup>, que discutiam intensamente os temas políticos/eleitorais e criminais no Rio de Janeiro do período. Procura-se avaliar as justificativas e explicações para os crimes perpetrados pelos cabos eleitorais/capangas apresentadas pela imprensa carioca durante as eleições das duas primeiras décadas do século XX. Para isso, optamos por privilegiar duas variáveis localizadas na própria documentação: o relacionamento dos políticos com os criminosos e as influências/pressões políticas na polícia. Na perspectiva dos jornalistas da época, essas variáveis contribuíram para explicar a impunidade e o aumento das práticas criminais no Rio de Janeiro durante os pleitos eleitorais do período em foco.

Nas páginas escritas pelos profissionais de imprensa, os personagens criminais aí mencionados diziam respeito aos chamados valentes e malandros. Segundo os jornais, esses eram geralmente bandidos egressos dos presídios e moradores dos morros da cidade ou dos bairros da zona portuária. Em relação aos valentes, a imprensa assinalava que a população geralmente os temia devido ao modo violento como normalmente cometiam seus crimes. Eles podiam ser associados ao uso ou ameaça do uso da força, e a “ganhos” que exigiam a ameaça da força, no caso aí o roubo (MISSE, 1999, p. 258). Já os malandros podiam, tal como os valentes, produzir “medo” no outro, mas eles se valiam principalmente de ardis (MISSE, 1999, p. 258). Eram geralmente associados aos furtos e estelionatos.

Por serem personagens conhecidos da polícia, tanto os malandros quanto os valentes eram muitas vezes chamados pela imprensa de ladrões.<sup>2</sup> Já os políticos supostamente ligados a esses personagens raramente recebiam essa designação, ao contrário do que acontece hoje em dia, em que o político é frequentemente visto como sinônimo de ladrão. Exemplo disso são os próprios programas humorísticos de televisão que possuem personagens políticos roubando e fazendo trapaças.

---

<sup>1</sup> As referidas folhas alcançavam, juntamente com *O Paiz e Jornal do Comércio*, uma tiragem de cerca de 150 mil exemplares em uma cidade de pouco mais de 600 mil habitantes (BARBOSA, 2007). Não obstante, vale lembrar a diversificada sociabilidade de leitura de um jornal, uma vez que o comprador de uma determinada folha não era necessariamente o seu único leitor (THOMPSON, 1987 *Apud* MATTOS, 2008). Nesse sentido, os iletrados também participavam dessa circulação, pois tais publicações provavelmente tinham mais ouvintes do que leitores, sendo, assim, mais ouvidas e vistas do que propriamente lidas (BARBOSA, 2010).

<sup>2</sup> Sobre essa questão, Marcos Bretas destaca que era comum a polícia fazer determinados procedimentos para identificar os fora-da-lei, já que fazia parte da atividade de um policial “conhecer” seus criminosos, “para além da fria informação dos documentos oficiais”. Segundo o autor, tais indivíduos eram fotografados, tinham suas impressões digitais tiradas e eram encaminhados ao corpo de segurança, onde os recém-descobertos fora-da-lei eram exibidos aos agentes para posterior reconhecimento. Ao passarem por tais procedimentos, eram passíveis de prisão como “gatunos conhecidos” ou de serem identificados na delegacia com a nota: “Conhecidos pelos agentes” (BRETAS, 1997, p. 134).

De todo modo, no início do século XX, segundo muitos jornalistas da época, os atores políticos que estavam mais comumente ligados à bandidagem do Rio<sup>3</sup> diziam respeito aos personagens conhecidos na vida política carioca e/ou nacional, tais como o deputado federal Irineu Machado, o senador Augusto de Vasconcelos e o próprio presidente da República Nilo Peçanha.<sup>4</sup>

A menção a tais personagens nas publicações de crimes se dava num momento da vida política brasileira durante o qual se firmava o pacto das elites- batizado de “política dos governadores”-, o qual implicava “na montagem de uma máquina eleitoral corrupta” (DOMINGUES, 2013, p. 66). Como assinalou Victor Nunes Leal, as elites dirigentes da Primeira República adotaram métodos inescrupulosos para se manter no poder, cometendo uma série de abusos para vencer as eleições (LEAL, 1975). Quando seus apaniguados elaboravam as listas de votantes, era comum incluírem analfabetos (o que era proibido), menores de idade e até pessoas falecidas. No dia do pleito, a mesa receptora dos votos produzia toda sorte de fraude a favor de caciques políticos. Ao se apresentar um analfabeto para votar, os próprios componentes da mesa preenchiam as cédulas e assinavam as listas de presença. Os mesários também preteriam determinadas pessoas da lista de eleitores, por serem simpáticas aos candidatos da oposição. Além disso, informa Nunes Leal, havia assaltos às seções eleitorais, a destruição de urnas e livros de registros e a presença (com interferência) de capangas, o que levava os amedrontados eleitores a declararem seu voto, para evitar futuras complicações. Pouco havia de livre ou de secreto na maneira de votar (LEAL, 1975 *Apud* DOMINGUES, 2013, p. 66).

Petrônio Domingues ao comentar a obra clássica de Nunes Leal, intitulada “Coronelismo, enxada e voto” (LEAL, 1975), chama atenção de que a interpretação desse autor “tem lastro em fontes da época, mas não é tudo que se pode, e mesmo se deve, ser dito sobre o complexo mundo da política na Primeira República” (DOMINGUES, 2013, p. 66). Conforme assinala Domingues, a interpretação de Leal, “por exemplo, não dá conta de todas as experiências, nuances e especificidades do processo eleitoral” (DOMINGUES, 2013, p. 66). Na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil, os caciques políticos cometiam, de fato, uma série de arbitrariedades, e as eleições eram fraudadas, nelas votando até mortos e

---

<sup>3</sup> Por vezes, tais políticos podiam ser chamados pelos jornalistas de criminosos/bandidos, sobretudo quando os crimes nos quais estavam supostamente envolvidos tinham grande repercussão na imprensa. Ver, por exemplo, as seguintes publicações: “O habeas corpus do sr. Irineu”, *Correio da Manhã*, 17/03/1903, 1; “O torpe assassino”, *Correio da Manhã*, 12/05/1910, 1.

<sup>4</sup> Vale notar que para os impressos do período os políticos podiam não apenas comandar os crimes que tinham objetivos eleitorais, mas também perpetrá-los em parceria com os personagens do cotidiano criminal carioca. Sobre o assunto, ver, entre outras matérias de jornais: “Os assassinatos de Santa Cruz”, *Correio da Manhã*, 22/11/1909, 1; “O pleito de hoje”, *Gazeta de Notícias*, 30/01/1915, 3.

analfabetos (DOMINGUES, 2013; PINTO, 2011). Além disso, na capital, célebres eram os tumultos e violência nas seções promovidas por capangas de candidatos (PINTO, 2011, p. 85).

Todas essas ocorrências eleitorais fraudulentas e violentas, contudo, não permitem inferir que as eleições “consistiam num ritual de cartas marcadas, cujos resultados eram previsíveis e aprioristicamente definidos” (DOMINGUES, 2013, p. 66). Isso porque, como diz Domingues, a “política, em qualquer período histórico, é um campo aberto a conflitos e disputas” (DOMINGUES, 2013, p. 66). Além disso, as eleições durante a Primeira República, como ressaltam Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu, desempenhavam “papel-chave no sistema político de então” (GOMES & ABREU, 2009, p. 7). De um lado, porque, a partir delas, operava-se uma “relativa circulação de elites, introduzindo na cena política um mínimo de competição e renovação” (GOMES & ABREU, 2009, p. 7). De outro, porque elas eram responsáveis por uma “incipiente, porém pedagógica, mobilização de eleitores, o que ocorria de formas muito diversas, fundamentando um aprendizado político constante pela realização sistemática dos pleitos”(GOMES & ABREU, 2009, p. 7). Em vez, portanto, “de um ritual de cartas marcadas, os pleitos sinalizavam um horizonte de possibilidades” (DOMINGUES, 2013, p.67).

Como personagens de seu tempo, os jornalistas pareciam atentos a esta e outras questões eleitorais da época, dado ao próprio fato dos jornais darem amplo espaço em suas páginas ao tema, como veremos ao longo do trabalho.

Antes de nos debruçarmos sobre o objeto deste estudo, vale tecer algumas considerações sobre o perfil dos jornalistas e de seus textos sobre as supostas relações entre política e crimes no início do século XX. Mais frequentemente tais publicações eram veiculadas nas reportagens policiais e nos artigos dos jornais cariocas.<sup>5</sup> Os profissionais de imprensa que tratavam os temas concernentes à política e crimes raramente assinavam os seus textos. Segundo Marialva Barbosa, os jornalistas dos principais jornais cariocas da época eram, em sua maioria, bacharéis ou estudantes de Direito e filhos de famílias da classe média ou abastada (BARBOSA, 2010). Conforme assinala a autora, o curso de Direito oferecia um curso de ciências sociais, o qual buscava formar dois profissionais: um para ser, em primeiro lugar, um burocrata-advogado e outro para ser, sobretudo um burocrata-político. O curso de ciências sociais oferecia matérias como economia e política

---

<sup>5</sup> Por vezes, os textos sobre crimes e política também eram publicados nas crônicas e charges dos jornais. Ver, por exemplo, “Bloco do rapadura”, *Correio da Manhã*, 07/02/1910, 2; “A polícia política”, *Gazeta de Notícias*, 14/03/1910, 1.

que aprofundavam os horizontes de conhecimento dos estudantes que eram formados para ocupar funções de natureza política (BARBOSA, 2010) . Talvez isso explique por que os profissionais de imprensa pareciam conhecer com profundidade os temas políticos e eleitorais da época. Suas próprias vivências cotidianas com a política também podem explicar tal conhecimento.

Quanto à temática criminal, muitos jornalistas também pareciam conhecer bem o referido assunto, devido ao tratamento detalhado que davam ao tema. A nosso ver, isso se deve ao fato de muitos deles terem se formado nas faculdades de Direito do Rio de Janeiro e São Paulo, onde tais cursos ofereciam a disciplina de Direito Criminal (BARBOSA, 2010). Em relação mais especificamente aos redatores, uma parte deles tinham atuado como repórteres policiais em experiências profissionais anteriores, a exemplo do advogado e conhecido jornalista Leão Velloso. Em finais do século XIX, tal jornalista foi repórter policial, e mais tarde, no início do século XX, tornou-se redator-chefe do *Correio da Manhã*, no qual escrevia seus artigos sob o pseudônimo Gil Vidal.

Nas reportagens de crimes, os repórteres do início do século XX podiam ou não redigir suas notícias. Quando não as escreviam, levavam as notas à redação onde um redator as retratavam em estilo jornalístico (NETTO, 1977). Vale notar que os repórteres policiais ou repórteres de crimes-redatores<sup>6</sup> pareciam conhecer bem os temas políticos e criminais da época, não apenas devido, a nosso ver, à formação acadêmica da maioria de seus profissionais e às suas próprias vivências cotidianas com a política, mas também em função de seus contatos com os populares nas ruas, através das entrevistas que faziam com diferentes tipos de personagens (vítimas, criminosos, testemunhas etc) envolvidos nos crimes, dos múltiplos relatos que circulavam na cidade e de informações da polícia. Ao fazerem suas reportagens nas ruas do Rio de Janeiro, iam em épocas eleitorais até os locais de votação da cidade para procurar notícias de crimes cometidos por cabos eleitorais/capangas de políticos. Afinal, consideravam que as eleições na capital federal eram decididas por bandos que atuavam em determinados pontos da cidade e alugavam seus serviços aos políticos.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Usaremos os termos repórteres policiais e repórteres de crimes como sinônimos. Chamaremos também os repórteres policiais e redatores de jornalistas e profissionais de imprensa. Vale notar ainda que serão chamados aqui de repórteres e redatores os profissionais de imprensa que produziram, respectivamente, as reportagens policiais e artigos de jornais.

<sup>7</sup> BARRETO, Lima. *Os Bruzundungas*, 1917, p. 114 *Apud* CARVALHO, 1987, p. 88.

## Crimes, criminosos, políticos e polícia em letras impressas

### Eleições federais

Logo pela manhã já era de notar a diferença do aspecto da cidade, principalmente no centro, ou por outra, nos distritos eleitorais da Candelária, Sacramento, Santa Rita, São José e Santana.

As ruas eram transitadas, quase que de momento a momento, por carros de praça conduzindo magotes de indivíduos de fisionomias patibulares armados de cacetes, facas, revólveres e garruchas, indivíduos esses que às ordens dos seus chefes, (...) andavam a percorrer as seções (...).

(...) O pessoal do candidato tal, sabendo quais as poucas seções que lhe seriam favoráveis, marchava para elas e à porta se postava a fim de garantir a apuração dos votos levados pelos raros eleitores que afrontavam os perigos para exercer o seu direito.

As seções assim guardadas pelos grupos dos capangas eram por sua vez provocados pelos grupos dos contrários, que de um momento para outro davam o ataque de chofre, a faca em punho e a garrucha.

(...) Arrombavam-se as urnas, furtavam-se livros eleitorais (...).

(...) Na passagem por outras ruas que não aquelas onde se faziam eleições, os grupos de desordeiros praticavam atos de vandalismo, havendo notícias de ferimentos muito graves pelos mesmos produzidos em indefesos cidadãos (Gazeta de Notícias, 19/02/1903).

As cenas de banditismo no Rio de Janeiro do início do século XX, tais como acima relatadas por um dos repórteres policiais da *Gazeta* durante o pleito federal de 1903, eram consideradas pela imprensa como episódios que, a cada eleição realizada, cresciam em número e muitas vezes em violência, e que já faziam parte constitutiva do cotidiano eleitoral carioca.<sup>8</sup> Segundo uma matéria da *Gazeta de Notícias* publicada 19/02/1903: “Estamos habituados às fraudes, aos crimes e a toda casta de embuste quando se trata de eleições (...): A fraude para triunfar lança mão da violência material e do assassinato”.

Ao relatarem tais eventos, os profissionais de imprensa se mostravam preocupados com o avanço da criminalidade no Rio, tendo em vista que interpretavam

---

<sup>8</sup> Sobre o assunto, ver, entre outras publicações: “As eleições municipais: cenas vergonhosas”, *Gazeta de Notícias*, 1/11/1909, 1; “Assassinato covarde”, *Jornal do Brasil*, 6/11/ 1909, 12; “Bandalheira eleitoral”, *Gazeta de Notícias*, 19/02/1903, 1.

esse fato como um entrave à construção de uma cidade que se queria moderna, europeizada, capaz de ser o cartão-postal da República (MATTOS, 2008).

Gil Vidal, ao comentar em um texto seu publicado em 19/02/1903 no *Correio da Manhã* sobre as eleições federais daquele ano, ressaltava, em tom de indignação, que os acontecimentos que aí se sucederam pareciam mostrar “tudo, menos estarmos em terra civilizada”, já que em suas palavras: “magotes de capangas, de catadura sinistra e ignóbil, gente de servir e ganhar, chefiados por quem pretende um lugar na representação nacional, percorreram as ruas e praças dando tiros a torto e a direito, ferindo e matando transeuntes (...)”.

Para Vidal e outros profissionais de imprensa, os crimes cometidos pelos cabos eleitorais/capangas de políticos não constituíam apenas um obstáculo à concretização de um Rio de Janeiro que se queria moderno<sup>9</sup>, mas também evidenciavam “a ausência da soberania do voto” em um país que tinha, nas palavras dos jornalistas, a pretensão de ser dirigido por regime democrático. Segundo um redator da *Gazeta* (2/11/1909): “(...) Os fatos ocorridos domingo (assassinatos, agressões e roubo de urnas) são os mais deprimentes, os mais vergonhosos para um país que tem a pretensão de ser dirigido por um regime democrático, em que o voto do cidadão é uma fantasia e a ponta da faca e a bala do revólver as únicas realidades”.

Vale notar que textos de crimes como esse, narrados com o objetivo de apelar para as emoções do público, foram veiculados com mais vigor nos jornais a partir do início do século XX com o surgimento na imprensa carioca das chamadas notícias sensacionais; notícias essas que buscavam valorizar uma linguagem violenta para seduzir os seus leitores, em um contexto no qual o jornalismo já havia se transformado em empresa capitalista (BARBOSA, 2010; FAUSTO, 2001; PEDROSO, 2001).

No romance intitulado “Um crime no Rio de Janeiro”, publicado em torno de 1922, o escritor e ex-repórter de crime Mauro de Almeida, ao parecer recordar seus tempos de repórter policial no início do século XX, salientava que as notícias “sensacionais ou escandalosas” em sua maioria eram “as policiais”.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Vale notar que, durante a Primeira República, a cidade moderna ganhava um duplo sentido da palavra: nos hábitos e costumes que caracterizavam a “modernidade”, assim como nos esforços e investimentos públicos para se “modernizar” o traçado urbano (GRUNER, 2003). Segundo Lená Menezes, a paisagem do Rio de Janeiro se transformava completamente nesse momento com as aberturas de avenidas, o alargamento de ruas, entre outras mudanças; mudanças estas que foram implementadas sobretudo pelas reformas urbanas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos (1903-1906) (MENEZES, 1996).

<sup>10</sup> ALMEIDA, Mauro. *Um crime no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, s.d., publicado em torno de 1922.

Grosso modo, nos jornais cariocas, a palavra “sensação” era utilizada como sinônimo de crimes de sangue<sup>11</sup>, como mostra a seguinte reportagem publicada pelo *Correio da Manhã* em 20/03/1919: “A caudal de sangue avoluma-se. (...) Explode a nova nota sensacional de um outro crime impressionante (...) O móvel do crime foi o roubo”.

Tais crimes eram qualificados como “crimes de sensação” ou “crimes sensacionais”, pois a eles eram imputadas uma impressão moral, uma emoção de medo e pavor (PORTO, 2003). O discurso sensacional, fortemente empregado nas reportagens policiais e artigos de jornais, visava provocar reações subjetivas e passionais no leitor-ouvinte (MEYER, 1996, p. 100). Mesmo que o público lesse tais textos de forma indiferente, sem lhes conferir nenhuma reação emocional, os jornalistas procuravam induzi-lo a ter diferentes sensações sobre os personagens narrados e/ou sobre seus atos criminosos. Para tanto, buscavam dar destaque minucioso a crueldade e perversidade dos criminosos e/ou dos delitos praticados, através de termos agressivos como “sangue”, “fera” e “monstro”.<sup>12</sup> Um jornalista do *Correio*, por exemplo, ao comentar numa reportagem publicada em 20/03/1919 sobre o estado do corpo de um homem que havia sido assassinado em um subúrbio carioca (Santa Cruz), dizia:

(...) O cadáver estava (...) caído de costas, braços abertos e a perna esquerda cobrindo a direita. Os olhos desmedidamente abertos davam-lhe um aspecto horrível. No pescoço, uma profunda navalhada deixava ver-lhe a carótida seccionada. No ventre outro golpe pusera - lhe à mostra os intestinos.

A descrição acima sobre o corpo da vítima é um exemplo de como os impressos davam grande destaque em suas páginas a violência da época. Isso se deve possivelmente

---

<sup>11</sup> A historiadora Ana Porto também percebeu que o termo era usado nesse sentido no jornal *Estado de São Paulo* em finais do século XIX. Em sua dissertação de mestrado, a autora nos mostra que a palavra “sensação”, segundo o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, publicado em Lisboa pela primeira vez em 1868, seria além de uma impressão recebida por intermédio dos sentidos, uma impressão moral, uma emoção. Cita como exemplo para este sentido: “aquela notícia causou grande sensação” (PORTO, 2003, p. 148).

Em *Páginas de sensação*, Alessandra El Far chama atenção que nos jornais e nos textos literários do século XIX, a palavra “sensação” era usada em Portugal como: “Sinônimo de grandes fatos de imprevisível desfecho. Suicídio de homens da política, processos escandalosos, raptos de donzelas, envenenamentos, acidentes, homicídios meticulosos ganhavam, na pena dos redatores lusos, esse caráter excepcional. O tronco de uma mulher não identificada, encontrado numa maleta às margens do rio Sena, aparecia na imprensa sob o título de “crime sensacional” (FAR, 2004, p. 118).

O uso do termo “sensação”, segundo Ana Porto, tomou certamente “caminhos diversos, até porque é impossível impor limites ao uso das palavras, já que elas vão se adaptando às diversas situações e mesmo mudando de sentido” (PORTO, 2003, p. 148).

<sup>12</sup> Ver, por exemplo: “Morte de um pirata. Galeguinho da Saúde”, *Gazeta de Notícias*, 13/02/1910, 2; “Estranguladores do Rio”, *Jornal do Brasil*, 18/10/1906; “O Camisa Preta”, *Jornal do Brasil*, 13/07/1912, 8.

aos seus interesses mercadológicos de vender as notícias, já que as práticas criminais violentas tendem a instigar a curiosidade do público, uma vez que os episódios dessa natureza são suscetíveis a causar fortes emoções nos leitores. Não por acaso que os delitos cometidos pelos valentes tinham um espaço maior nas páginas da imprensa do que os perpetrados pelos malandros, pois os primeiros normalmente cometiam crimes violentos, como vimos anteriormente.

Alguns desses criminosos pareciam ser aí retratados quase que como vilões de romances policiais, a exemplo do valentão “célebre” Luciano José da Silva, conhecido como “Galleguinho da Saúde”, tido como um dos capangas eleitorais que mais causavam temor e pavor na sociedade com seus sucessivos crimes violentos e “sanguinários”.

Galleguinho, morador da Saúde- bairro situado na zona portuária do Rio- era considerado pelas reportagens policiais como o “terror” do bairro que “andava sempre armado tanto de revólver como de faca”. Por isso, diziam os repórteres, “até os seus próprios pares o evitavam, fugindo mesmo a sua aproximação”.<sup>13</sup> Ao ser visto como um “perigoso ladrão” e “degenerado”, uma reportagem do *Correio da Manhã* salientava em 13/02/1910:

Quando, em momentos agudos, procuravam quem pudesse tomar sobre os ombros responsabilidades delituosas, chefiando malta, no interesse de vitórias eleitorais, procurando a fraude, a retirada de urnas, era o degenerado (Galleguinho) escolhido para obter as efêmeras glórias de 24 horas.

Os jornais davam grande destaque aos delitos cometidos pelos valentões como Galleguinho, não apenas devido, a nosso ver, aos seus interesses mercadológicos de vender as notícias, mas também porque pareciam compreender que os crimes violentos que tais cabos eleitorais/capangas praticavam constituíam ingredientes substanciais para discutir as associações que se fazia entre crime e política/ eleições. Certamente percebiam que a violência perpetrada pelos valentes parecia ser mais impactante para ser usada como instrumento de crítica às práticas políticas/ eleitorais adotadas na época do que os crimes não-violentos cometidos pelos chamados malandros.

---

<sup>13</sup> Ver: “Morte de um pirata. O “Galleguinho da Saúde””, *Gazeta de Notícias*, 13/02/1910, 2; “Morte do Galleguinho: um bandido célebre”, *Correio da Manhã*, 13/02/1910, 5; “O “Galleguinho da Saúde”: seu assassinato em uma taverna”, *Jornal do Brasil*, 13/02/1910, 5.

Uma das críticas que os profissionais de imprensa faziam às práticas políticas diziam respeito ao suposto relacionamento dos políticos com os criminosos da cidade. Segundo os jornalistas, os políticos protegiam os bandidos e davam-lhes vantagens pecuniárias para em troca exigirem deles a prática de fraudes e violências durante os pleitos eleitorais.<sup>14</sup>

Ao se debruçarem sobre essas supostas relações entre tais personagens, os profissionais dos três jornais investigados mostravam seu incômodo/indignação com a proteção que os políticos dispensavam aos bandidos, pois consideravam que esta era uma das principais razões da expansão da criminalidade no Rio de Janeiro da época. Argumentavam que, como os bandidos se sentiam confiantes de sua impunidade devido a tal proteção, perpetravam cada vez mais crimes na cidade. Um repórter policial do *Jornal do Brasil* em 19/05/1915, por exemplo, ao lembrar a trajetória criminal de um famoso valente de fins do século XIX e começo do XX, chamado José Severiano, conhecido como José do Senado, ressaltava que o referido personagem havia cometido vários crimes no Rio de Janeiro daquele período, pois era “protegido pela impunidade que políticos pouco escrupulosos lhe asseguravam, por terem nele um destemido cabo eleitoral”. Por sua vez, um repórter de crime do *Correio* dizia no dia 18/05/1915 que um dos políticos que protegia esse cabo eleitoral era o deputado federal e advogado Irineu Machado, experiente líder político das áreas urbanas do Rio.<sup>15</sup>

Segundo o jornalista, o “temível bandido” José do Senado foi julgado pelo Tribunal do Júri em dezembro de 1902, ao qual foi submetido em consequência de um homicídio que praticara em “circunstância de excepcional perversidade”. O repórter alegava que Irineu Machado, que “o defendeu na barra do tribunal popular, conseguiu, porém, que fosse ele absolvido”. Meses depois, nas eleições federais de 1903, José do Senado “reincidia no crime, matando estupidamente, de parceria com outro também facínora terrível, Cabo Malaquias, um pobre homem do povo, Manoel do Frizo, vulgo Manoelzinho”. O repórter concluía, dessa forma, que a reincidência dos crimes de José do Senado se devia à confiança que o criminoso depositava na impunidade de seus crimes, garantida pela proteção que Irineu Machado lhe dispensava.

Nas páginas dos jornais, José do Senado e Cabo Malaquias eram retratados como valentões que prestavam vários “serviços eleitorais” a Irineu, como o de obrigar a

---

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, as seguintes publicações: “As eleições municipais”, *Gazeta de Notícias*, 1/11/1909, 1; “Assassinato covarde”, *Jornal do Brasil*, 6/11/1909, 12; “O habeas corpus do Sr. Irineu”, *Correio da Manhã*, 17/03/1903, 1.

<sup>15</sup> Sobre a trajetória política de Irineu Machado, ver os seguintes estudos: (FREIRE, 2009; PINTO, 2011, pp.58-60).

população a fazer campanha eleitoral a favor do referido deputado e dos seus aliados políticos, sob ameaça de tiro. Era por esse e outros meios violentos, afirmavam os profissionais de imprensa, que Irineu buscava impor o seu poder e o de seus aliados políticos na capital, sob a “mentira de um rótulo republicano”.<sup>16</sup>

A partir desses relatos sobre crimes, muitos jornalistas buscavam veicular suas opiniões acerca do regime republicano. Segundo eles, a República era um regime político ideal, associado à cidadania e aos princípios democráticos. Contudo, naquele momento da vida nacional e carioca, tal regime político, diziam os repórteres policiais, redatores e cronistas, encontrava-se “desvirtuado e vilipendiado”.<sup>17</sup> Uma crônica da *Gazeta* publicada em 22/02/1903 durante as eleições federais daquele ano ilustra bem esse descontentamento com os rumos da política republicana do período. O cronista buscava comparar metaforicamente a República a um rótulo bonito de uma garrafa de velho Porto genuíno. Advertiu, entretanto, que se nela fosse colocado um vinho azedo de nada adiantaria tal rótulo. O vinho azedo era aí representado pela figura do valente José do Senado e pelos políticos que o contratavam para fraudar as eleições. A partir dessas metáforas, o cronista parecia querer assinalar que a República, embora fosse um regime ideal, havia se distanciado da cidadania e dos princípios democráticos, já que os chefes políticos e criminosos tinham violado o direito do cidadão de eleger livremente seus representantes. A República era assim representada como um regime em degradação, pois estaria sob o “regime de assassinos, de fraudes e de maroteiras” que impunham à população “amar Zé do Senado como símbolo do ideal republicano”.

O que se viu há dias, na capital da República, não pode ter concorrido para robustecer a fé republicana. É preciso ter perdido de todo o paladar, para beber, sem caretas, uma zurrapa infame servida numa garrafa de velho Porto genuíno. Se nos dão, sob a mentira de um rótulo republicano, um regime de assassinos, de fraudes e de maroteiras, não estranhem que repilamos essas drogas abjetas.

O rótulo bonito pode dar beleza à garrafa, mas com certeza não dá bom gosto ao vinho azedo.

---

<sup>16</sup> Ver: “Crônica”, *Gazeta de Notícias*, 22/02/1903, 1; “Ministro arruaceiro”, *Correio da Manhã*, 24/02/1903,1; “ O habeas corpus do Sr. Irineu”, *Correio da Manhã*, 17/03/1903,1; “ Os conflitos do dia 18”, *Jornal do Brasil*, 02/03/1903, 1.

<sup>17</sup> Vale notar que muitos profissionais de imprensa também mostravam seu descontentamento com os rumos da política republicana em outras publicações de jornais da época, que não apenas as que tratavam de crimes (COUTINHO, 2006; DANTAS, 2007; DUTRA, 2005).

E querer obrigar um povo a amar o Zé do Senado como símbolo do ideal republicano é exigir demais.

O cronista do referido texto e outros profissionais de imprensa consideravam que várias foram as formas de se violar os princípios democráticos defendidos pela República, desde roubos de urnas/livros eleitorais, ameaças de morte/agressões aos mesários e à população que não cumprissem às ordens dos chefes da bandidagem, até assassinatos dos adversários políticos dos candidatos e homicídios de eleitores.<sup>18</sup> Mas os crimes também podiam ocorrer através, como hoje popularmente se diz, da “compra de votos”. Nestes últimos casos, os delitos em questão eram cometidos pelos chamados malandros, que, como já assinalado, se valiam principalmente de ardis e menos de violência, como mostra o *Jornal do Brasil* em 5/03/1910:

Um malandro inteligentíssimo, insinuante, antes da eleição do dia primeiro, foi a uma alfaiataria, onde encomendou 30 ternos de roupas.

Depois esteve em uma camisaria aí comprou camisas, ceroulas, punhos e colarinhos, determinando que todas essas compras fossem levadas a um hotel da rua dos Andradas, pois eram para ser distribuídas a eleitores, devendo aí ser feito o pagamento no ato da entrega da mercadoria.

O alfaiate caiu como um patinho, ficando sem a roupa e sem o dinheiro.

Os malandros eram tidos aí como criminosos que roubavam objetos (roupas, sapatos, camisas, colarinhos etc.) dos estabelecimentos comerciais da cidade no intuito de “distribuí-los para os eleitores” como uma forma de comprar votos destes últimos, o que consequentemente fomentaria as práticas delituosas na cidade. Além disso, diziam os jornais, era comum os malandros falsificarem as atas eleitorais da época.<sup>19</sup>

Embora esses personagens e os valentes cometessem crimes diferentes, na perspectiva dos jornalistas, todos eles perpetravam, em qualquer época do ano, vários delitos para seus fins pessoais, uma vez que os políticos os protegiam não apenas durante o período eleitoral, mas também ao longo do ano. Contudo, os profissionais de imprensa advertiam que a impunidade a esses crimes era mais expressiva em épocas eleitorais. Isso porque, segundo eles, à medida que o dia do pleito se aproximava, normalmente os chefes

<sup>18</sup> Sobre tais crimes, ver, por exemplo, as seguintes reportagens: “As eleições no distrito”, *Correio da Manhã*, 1/02/1912, 1; “Os conflitos do dia 18”, *Jornal do Brasil*, 2/03/1903, 1; “O pleito de ontem: fraude, capangas, tiroteios e sangue”, *Correio da Manhã*, 31/01/1912, 1.

<sup>19</sup> Ver: “O caso das atas adulteradas”, *Correio da Manhã*, 11/05/1909, 6; “Uma falsificação inominável”, *Correio da Manhã*, 1/05/1919, 2.

políticos procuravam “livrar da cadeia os seus instrumentos para as desordens eleitorais”; (e por isso) “não é de admirar que os ladrões campeiem impunes e calmamente por esta admirável cidade”, cometendo os mais variados crimes<sup>20</sup>.

Vale notar que o avanço da criminalidade dos cabos eleitorais /capangas também era atribuído ao próprio sistema eleitoral, tendo em vista que o mesmo não punia os envolvidos nas fraudes ocorridas durante os pleitos.<sup>21</sup> Por isso, os repórteres e redatores pareciam ter um desconforto com relação à lei eleitoral da época, como mostra o seguinte artigo publicado pela *Gazeta* em 1/01/1909:

(...) Chama-se realmente a isso exercer a soberania do voto. É levar muito longe o valor das expressões consagradas. Isso que ontem vimos, não foi senão o exercício de banditismo impune. (...) A atual lei eleitoral é má e o que se deve fazer é reformá-la, de modo a evitar tão desagradáveis espetáculos(...).

Para os profissionais de imprensa, o sistema eleitoral, ao não punir aqueles que praticavam as fraudes, acabava fazendo com que os chefes políticos envolvidos em tais atos eleitorais continuassem protegendo os seus principais cabos eleitorais: os criminosos da cidade.

Não por acaso, os malandros eram retratados como personagens que se sentiam livres e impunes para cometerem vários estelionatos e furtos de galinhas, roupas e objetos de casas. Os valentes também se sentiam dessa forma ao perpetrarem, segundo os jornalistas, homicídios, lesões corporais, latrocínio, assaltos, roubos e extorsões pecuniárias.<sup>22</sup> Nas páginas dos jornais, todos esses cabos eleitorais/capangas eram tidos como indivíduos que viam os crimes não como um meio de sustento, mas sim como uma forma de obter ou consagrar a sua fama de valentão/malandro e de enriquecer. Era como se tais práticas criminosas fossem um negócio rentável que trazia dinheiro e bens materiais. Não é à toa que os redatores e repórteres policiais faziam questão de descrever minuciosamente como os referidos criminosos se “vestiam elegantemente” para

<sup>20</sup> Ver: “Assalto de ladrões”, *Gazeta de Notícias*, 25/10/1909, 2; “A impunidade triunfante”, *Correio da Manhã*, 9/11/1909, 1; “A época dos desordeiros”, *Gazeta de Notícias*, 16/03/1910, 4.

<sup>21</sup> Até finais de 1910 não houve sanções penais explícitas às práticas fraudulentas nas eleições. Mas há que se notar que alguns esforços foram feitos no sentido de coibir tais práticas (BASTOS, 1990; PINTO, 2011). Em 1916, como informa a historiadora Surama Pinto, ao se basear num estudo de Aurélio Bastos, foram consolidadas as primeiras tipificações de delito eleitoral, mas apenas em 1920, com a Lei n. 4.226, esses delitos começaram a ser definidos e vinculados a sanções penais explícitas ((BASTOS, 1990; PINTO, 2011).

<sup>22</sup> Ver: “Os roubos continuam nos subúrbios”, *Jornal do Brasil*, 22/03/1920, 7; “Mata e morre”, *Correio da Manhã*, 06/11/1909, 2; “Sede de sangue”, *Jornal do Brasil*, 30/03/1915, 3.

possivelmente mostrar que tais roupas eram adquiridas através de seus delitos, sejam os que eram praticados para seus fins pessoais, sejam os cometidos com propósitos eleitorais. Faziam também questão de dizer que tais bandidos não tinham profissão e nem domicílio, o que contrastava com o seu “modo elegante” de se vestir. Segundo um repórter da *Gazeta* (6/II/1909):

(...) Arthur Mulatinho era pardo, tipo forte, 24 anos, não tinha profissão, nem domicílio. Trajava, na ocasião do crime, calça preta, paletot branco engomado, camisa branca de goma e camisa de meia, cinto amarelo com muitos bolsos de couro e sapatos amarelos.

Contudo, no que se refere aos crimes violentos, tais delitos podiam ser vistos também como uma forma dos valentes darem vazão à “sua natureza violenta”, como assinalou Gil Vidal durante as eleições municipais de 1909, ao se referir a um famoso capanga eleitoral da época em um texto seu publicado naquele ano pelo *Correio*, no dia 7/II:

O assassino (Arthur de Novais) (...) matando um pobre cocheiro, porque este lhe exigira o pagamento por serviços que lhe prestara, tinha, à vista dos precedentes de impunidade ocorridos com ele próprio, absoluta confiança na influência do seu patrono pelo que não descobria empecilhos à expansão de seus instintos sanguinários.

Nas páginas dos impressos, os valentes apareciam como sendo bandidos que praticavam seus crimes de maneira individual e/ou em grupos<sup>23</sup>, por meio, por exemplo, de quadrilhas de assaltantes e da associação criminosa chamada de “mão negra”. Segundo a imprensa, “mão negra” era uma sociedade secreta que visava extorquir dinheiro de diversos comerciantes da cidade, por meio de cartas anônimas que os ameaçavam de morte. Bem ao estilo do discurso sensacional da época, os jornalistas apelavam para emoções do público, ao afirmarem que os comerciantes tinham verdadeiro “pavor” dessa associação criminosa, uma vez que sabiam que a violência mental e física empregada pelos

---

<sup>23</sup> Quanto aos chamados malandros, a imprensa não mencionava se estes personagens atuavam criminalmente em grupos. Ao menos pelo que pudemos constatar, só há registro de delitos cometidos individualmente por eles.

valentes da quadrilha contra eles dificilmente seria punida, devido à “escandalosa proteção” que “inescrupulosos políticos” dispensavam a tais criminosos.<sup>24</sup>

No entanto, o sistema eleitoral e o relacionamento dos políticos com personagens do cotidiano criminal não eram, na opinião dos profissionais da *Gazeta, Correio e Jornal do Brasil*, as únicas variáveis que contribuía para explicar as ocorrências de crimes na época. Para tais jornalistas, isso se devia também à própria polícia, que por motivos de conveniências políticas, deixava livre e impune a bandidagem da cidade. Segundo um redator do *Correio* (10/12/1909): “A polícia assim procedia (...) com o visível emprego de favorecer os criminosos, pois prestava-se aos manejos do senador Augusto de Vasconcelos”. A imprensa afirmava que a polícia, a pedido dos políticos, protegia os bandidos da cidade, em troca de cargos e benesses<sup>25</sup>. Nesse sentido, os jornalistas alegavam que as forças de segurança ao deixarem os cabos eleitorais/capangas impunes, buscavam ajudar os políticos a vencer as eleições. Isso porque garantiriam que os criminosos estivessem livres para prestarem “serviços de grande utilidade eleitoral” no dia do pleito. Em troca desses “serviços eleitorais”, a polícia permitiria que crimes para fins pessoais dos cabos eleitorais/capangas também ficassem impunes, como mostra a seguinte reportagem do *Jornal do Brasil* em 30/03/1915 sobre o assassinato de um homem pelo valente Manuel dos Santos, conhecido como Manduca de Falúa:

(O delegado do 8 distrito) Dr. Edgard Jordão só age contra aqueles que não leem no mesmo credo político, deixando impunes os mais perigosos facínoras e ladrões, unicamente porque são eles os capangas eleitorais da paróquia de Santa Rita.

Eis a razão porque se procura inocentar *Manduca de Falúa*, tirando-lhe toda a responsabilidade no assassinato de *Oscar Grande*.

Segundo os jornais, as “influências nefastas” da política na polícia motivavam as forças de segurança a consentirem que os delitos fossem cometidos nas mais variadas áreas do Rio de Janeiro, inclusive em determinados locais onde se acreditava serem até então seguros (as regiões centrais da urbe e os bairros nobres, localizados na Tijuca (região norte)

<sup>24</sup> Ver: “A mão negra em atividade”, *Gazeta de Notícias*, 21/06/1916, 4; “Os piratas do Mercado”, *Correio da Manhã*, 09/02/1917, 3; “Sempre fardado, Miséria e Bull-Dog”, *Correio da Manhã*, 06/05/1911, 3.

<sup>25</sup> Segundo os profissionais de imprensa, as formas de proteção das forças de segurança aos bandidos eram variadas, tais como “fingir não ver” os crimes; não convocar para o inquérito as testemunhas de acusação e dar “abrigo seguro” aos fugitivos da polícia. Sobre o assunto, ver, por exemplo, as seguintes publicações: “Cabo Malaquias”, 28/03/1903, 1; “Fugiram”, *Correio da Manhã*, 10/12/1909, 1-2.

e região sul -Copacabana, Botafogo, Laranjeiras, Catete)<sup>26</sup>. Segundo a *Gazeta de Notícias* (25/10/1909):

O mais escandaloso de tudo (...) é que os ladrões assaltam em pleno centro da cidade, (...) com o consentimento da polícia para fins eleitorais. O número de quiosques roubados (...) é grande, sem que a polícia agisse seriamente, apesar de ter um corpo de agentes numeroso e que devia conhecer todos os criminosos da cidade, pelo menos os criminosos matriculados. Mas nada se tem feito e os roubos têm continuado.

Independentemente dos juízos de valor contidos nesses textos jornalísticos, as influências políticas na polícia eram de fato uma realidade da época. Marcos Bretas nos mostra que os cargos na polícia eram objetos de favor político, pois as funções policiais não estavam estruturadas em uma carreira, uma vez que se baseavam na confiança e no compadrio (BRETAS, 1997). Não por acaso, conforme assinala Américo Freire, o poder central, e mesmo as forças políticas locais, muitas vezes se utilizavam da polícia para atender aos seus interesses políticos na capital (FREIRE, 2000).

Os profissionais de imprensa da época, ao se debruçarem sobre o assunto em consonância com os crimes ocorridos na cidade, advertiam que havia na polícia agentes que protegiam a bandidagem da cidade, não por vontade própria, mas por medo de perder os seus empregos que “lhes davam subsistência”<sup>27</sup> Por isso, diziam os jornalistas, mesmo quando as forças de segurança prendiam os chamados valentes e malandros da cidade eram pressionadas pelos políticos a soltá-los, sob ameaça de perder os seus cargos/benesses. Segundo a *Gazeta de Notícias* (13/03/1912): “(Os) politikeiros vulgares (...) não se pejam de ir a um delegado e ao próprio chefe de polícia para soltar fulano ou cicrano-tipos bastante conhecidos e cujos nomes figurariam com vantagem no cadastro policial!”.

Ao analisarmos todas essas publicações envolvendo criminosos, políticos e polícia, pudemos notar que, na perspectiva dos jornalistas da *Gazeta, Correio e Jornal do Brasil*, o

---

<sup>26</sup> Os jornalistas se mostravam surpresos diante do aumento das ocorrências de delitos em tais locais, pois aí haveria uma “presunção” de “um policiamento mais denso e mais ativo”. Em relação às áreas mais centrais da cidade, essa presunção se devia porque tais regiões se caracterizavam por serem locais onde circulavam muitas pessoas, já que aí se concentravam as atividades comerciais e bancárias da cidade. No que se refere aos bairros nobres localizados na região sul e na Tijuca, os jornalistas também se mostravam surpresos diante dos crimes aí ocorridos, pois eram locais onde seus moradores tinham supostamente condições materiais para ter mais segurança, por meio da vigilância da guarda noturna. Sobre o assunto, ver, entre outras publicações: “Assaltos de ladrões”, *Gazeta de Notícias*, 25/10/1909, 2; “Ladrão sanguinário”, *Correio da Manhã*, 8/07/1920; “Matar para roubar”, *Correio da Manhã*, 11/07/1906, 2.

<sup>27</sup> Ver, por exemplo: “Sem polícia”, *Correio da Manhã*, 07/11/1909, 3. Artigo assinado por Gil Vidal.

cerne da questão criminal no Rio derivava-se da própria política da época, que sustentada pela corrupção eleitoral, incentivava os valentes e malandros a cometerem delitos com fins eleitorais, assim como, crimes que visavam atender às finalidades pessoais desses cabos eleitorais/capangas. Afinal, como vimos, segundo os jornalistas, os referidos criminosos sentiam-se confiantes em praticar livremente todos esses crimes, já que sabiam que os políticos, a polícia e sistema eleitoral garantiriam a sua impunidade.

### Jornais cariocas e eleições

Embora os três jornais aqui investigados convergissem em apresentar todas essas justificativas e explicações políticas/eleitorais para a impunidade e o crescimento dos crimes na cidade do Rio durante os pleitos eleitorais do início do século XX, divergiam em um de seus objetivos políticos ao tratarem desses temas. Como veremos mais adiante deste trabalho, o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias* usavam tais assuntos como instrumentos políticos para atacar/favorecer explicitamente as candidaturas que disputavam as eleições.

Já o *Jornal do Brasil* ao tratar desses temas raramente parecia ter tal finalidade eleitoral, ao menos não explicitamente, já que tendia a não mencionar quem eram os políticos que seus jornalistas responsabilizavam pelos crimes ocorridos na cidade.<sup>28</sup>

Mas por que o *Jornal do Brasil*, em suas publicações de crimes, normalmente parecia não atacar as candidaturas que disputavam as eleições? Antes de explicarmos essa questão, é importante dizer que nos primeiros tempos após sua fundação, em 1891, o jornal sofrera ameaças de empastelamento e invasões militares em sua sede em função dos inflamados ataques que o impresso fazia aos governos militares de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894) (FERREIRA & MONTALVÃO, 2001). Em função dos ataques a tais governos, o *Jornal do Brasil* acabou sendo fechado em 1893. Depois de voltar a circular, em 1894, abandonou os inflamados debates políticos de outros tempos, uma vez que passou a adotar um discurso moderado em relação às autoridades políticas da época (FERREIRA & MONTALVÃO, 2001). É possível que o jornal procurasse adotar tal discurso para justamente evitar as represálias das autoridades. Isso pode explicar por que o *Jornal do Brasil* no início do século XX raramente mencionava os nomes dos políticos que seus jornalistas consideravam como os responsáveis pelos crimes ocorridos durante as

---

<sup>28</sup> Um dos raros momentos em que o *Jornal do Brasil* mencionou quem seriam esses políticos foi o pleito federal de 1903. Nesse caso, responsabilizou o deputado federal Irineu Machado por um assassinato ocorrido no centro da cidade. Ver, por exemplo, a seguinte matéria: “Os conflitos do dia 18”, *Jornal do Brasil*, 02/03/1903, I.

eleições na cidade. Tal dado parece sugerir que o jornal não queria atingir, ao menos não explicitamente, um dado personagem ou grupo político, mas sim a classe política em geral.

Já o *Correio* procurava atacar eleitoralmente os personagens/grupos políticos poderosos, pois para o jornal, eram os candidatos desse perfil e /ou seus aliados políticos que estimulavam e protegiam a bandidagem do Rio. A folha, por exemplo, durante a campanha presidencial de 1909/10 ao procurar atingir a candidatura de marechal Hermes da Fonseca acusava o então presidente da República, Nilo Peçanha, que apoiava tal candidatura de ser o “protetor e amparador dos assassinos e ladrões” (*Correio da Manhã*, 5/12/1909). Alegava que sob influência de Nilo Peçanha a polícia deixava impunes os bandidos da cidade.

(...) Uma centena de indivíduos, formados em grupo, acompanhados por patrulhas de cavalaria policial, conhecidíssimos da autoridade e de todo mundo, facínoras nomeados por alcunhas e com duas e três entradas na Casa de Correção, dominam por completo uma cidade de um milhão de habitantes, atentam impunemente contra a vida e a propriedade (...) sem que os detenha a polícia, empenhada ao contrário em açular a malta, em defendê-la, em ajudá-la, em proporcionar-lhe a impunidade e a fuga! Tal foi a degradação a que desceram nos últimos dias, o presidente da República Nilo Peçanha (...)!

(...) O Brasil não quer o marechal Hermes da Fonseca para presidente da República devido a sua impopularidade e o seu desprestígio. O governo pretende impô-lo brutalmente pela violência, pela fraude e pelo crime: é o governo quem conspira contra a Nação (*Correio da Manhã*, 28/02/1910)

Diferentemente dos detentores do poder, o *Correio* buscava favorecer no início do século XX os candidatos de oposição e/ou seus aliados políticos (republicanos e monarquistas), pois eram retratados em suas páginas como personagens que procuravam combater vigorosamente as manipulações eleitorais e as deficiências da segurança pública da época. Dizia um redator do jornal em artigo publicado em 30/01/1915 sobre um candidato de oposição nas eleições federais daquele ano:

O nome de Vicente Piragibe (candidato a Deputado Federal), o nosso brilhante colega d' *A Época*, deve ser hoje sufragado com entusiasmo pelos eleitores do 2 distrito.

Vicente é todo um programa contra a fraude, as misérias, as bandalheiras e os ladrões.

O posicionamento crítico/favorável do *Correio* em relação às candidaturas que disputavam as eleições tinha a ver com o perfil político do jornal, pois desde sua fundação, em 1901, a folha fazia um “ferrenho oposicionismo, de extrema virulência” (SODRÉ, 1999, p. 278) aos grupos políticos dominantes, dizendo-se defensor da “inviolabilidade de todos os direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade” (*Correio da Manhã*, 15/06/1911), e que propugnava por mudanças nas estruturas políticas do país (FREIRE, 2009, p.121).

A postura crítica do *Correio* em relação aos grupos políticos dominantes lhe valeu grande prestígio nas camadas populares e setores médios da sociedade (DUARTE, 2012; SODRÉ, 1999), já que essas camadas sociais estavam descontentes com os rumos da política republicana, devido, entre outros motivos, às deficiências da segurança pública e às constantes ocorrências de fraudes e violência nas eleições (EDUARDO, 2011; SILVA, 1988).

Assim, o ferrenho oposicionismo do *Correio* aos detentores do poder fez com que o jornal obtivesse sucesso empresarial. Por isso, muitos dos jornais brasileiros tradicionalmente governistas, a exemplo da *Gazeta de Notícias*, passaram a seguir a postura oposicionista da referida folha (DUARTE, 2012).

Assim como o *Correio*, a *Gazeta* se posicionava de forma crítica/favorável em relação aos políticos da época a partir do perfil oposicionista que a folha passava a ter no início do século XX, como veremos mais adiante deste trabalho. Em ambos os jornais, os personagens do universo político mais frequentemente mencionados eram Irineu Machado e Augusto de Vasconcelos. Isso pode ser explicado pelo fato de os mesmos serem as principais lideranças políticas do Rio de Janeiro da época. Irineu Machado era advogado, ex-jacobino e elegeu-se sucessivamente deputado federal pelas áreas urbanas da cidade do Rio de Janeiro (FREIRE, 1999, p. 21). Augusto de Vasconcelos, por sua vez, era médico, chefe de um subúrbio carioca (Campo Grande), ex-chefe do grupo do “Triângulo”<sup>29</sup> e filho de um fabricante de rapadura. Em função de sua origem rural, seus adversários políticos e a imprensa o chamavam de Rapadura (FREIRE, 2009; PINTO, 2011).

---

<sup>29</sup> Vasconcelos se projetou na política carioca ao integrar em fins do século XIX o chamado “Triângulo”, grupo composto por chefias políticas de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, consideradas áreas rurais da cidade (PINTO, 2011). Segundo Américo Freire, o grupo do “Triângulo” por diversas vezes definiu o resultado dos pleitos na capital, em função, dentre outros motivos, da existência de poderosos esquemas de fraude, em que o candidato apoiado pelo grupo chegava a receber, em determinadas ocasiões, a totalidade ou a quase totalidade dos votos de uma determinada freguesia (FREIRE, 2000).

Aqui iremos analisar algumas eleições nas quais esses dois políticos participaram como candidatos e/ou como apoiadores de candidaturas.<sup>30</sup>

Um dos momentos eleitorais durante o qual é possível perceber como o *Correio* e a *Gazeta*, em suas publicações de crimes, se posicionavam em relação a esses personagens políticos foi o pleito federal de 1903. Nesse momento eleitoral, o quadro político carioca encontrava-se bastante dividido (FREIRE, 2000), vide o próprio fato de que para o cargo de senador foram lançadas três candidaturas independentes das agremiações partidárias: a do monarquista Andrade Figueira, a do ex-deputado e ex-chefe de polícia Sampaio Ferraz, e a do republicano *jacobino* e ex-presidente do Pará Lauro Sodré.

A *Gazeta* optou por apoiar a candidatura do monarquista Andrade Figueira. No que diz respeito ao *Correio*, inicialmente alguns dos seus principais redatores tenderam a apoiar Andrade Figueira. Mas com o lançamento da candidatura de Lauro Sodré, o jornal colocou-se nas palavras de Américo Freire “de corpo e alma na eleição” do ex-presidente do Pará (FREIRE, 2000). Além do *Correio*, o referido candidato teve apoio dos estudantes das escolas militares. O lançamento e o crescimento daquele que era denominado pelos estudantes militares “sucessor de Benjamin Constant e Floriano Peixoto” tiveram como efeito imediato a desistência de Sampaio Ferraz, que passou a apoiar Sodré (FREIRE, 2000, p. 141).

O *Correio* e *Gazeta* ao apoiarem seus respectivos candidatos, buscavam atacar o grupo predominante na cidade: o Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF); agremiação chefiada pelo senador carioca e ex-prefeito do Rio de Janeiro Barata Ribeiro.<sup>31</sup> O partido era o único grupo que conseguiu apresentar-se como força política estruturada. Tal agremiação procurava ocupar e manter os espaços políticos na capital (FREIRE, 2000). Para tanto, montou uma poderosa chapa para aquelas eleições de 1903 formada por experientes lideranças políticas cariocas, como Vasconcelos e Irineu Machado. Ambos personagens tentavam a reeleição para a Câmara dos Deputados no pleito de 1903. O

---

<sup>30</sup> Vale notar que nessa parte do trabalho não investigaremos as publicações de crimes do *Jornal do Brasil*, uma vez que, como vimos anteriormente, raramente o referido impresso parecia usar tais textos como instrumentos políticos para atingir/favorecer as candidaturas que disputavam as eleições do período.

<sup>31</sup> Segundo informa Américo Freire, o PRDF não se colocava claramente como uma agremiação oposicionista radical. Barata Ribeiro *estrilava* na Tribuna contra os desmandos oficiais, mas em geral poupava a figura do Presidente Rodrigues Alves (1902-1906). “A principal estratégia de Ribeiro e dos próceres do partido era ocupar e manter os espaços políticos na capital, sem em nenhum momento partir para um confronto aberto com o governo” (FREIRE, 2000, p. 142-143). Na perspectiva de Freire, não lhe parece “que naquele momento líderes importantes da principal agremiação política do Distrito jogassem com a possibilidade de promover a derrubada de Rodrigues Alves para “salvar a República” ou qualquer outra coisa”. Pelo contrário, afirma o autor, “trataram fundamentalmente de buscar assentar as bases político-institucionais da capital” (FREIRE, 2000, p. 142-143).

partido que os apoiava buscava reeleger para o cargo do Senado o antigo propagandista republicano Lopes Trovão (FREIRE, 2000, p. 61).

Por ser apoiado pelo referido partido e por personagens políticos influentes como Irineu Machado e Vasconcelos, Lopes Trovão tinha certamente mais condições de ganhar aquele pleito do que os outros candidatos. Tanto o *Correio* quanto a *Gazeta* pareciam estar atentos a essa forte possibilidade, uma vez que, para atingirem tal candidatura, buscavam responsabilizar os personagens/grupos políticos que apoiavam Trovão pelos crimes ocorridos na cidade durante aquele pleito de 1903.

Um dia antes da eleição, o proprietário do *Correio*, Edmundo Bittencourt, publicava um longo texto em 17/02 no qual, em tom virulento, acusava Irineu Machado, Barata Ribeiro, Augusto de Vasconcelos e o ministro do interior JJ Seabra de formarem um “sindicato da fraude”, já que por meio de capangas “pretendiam forjar a eleição do candidato de suas conveniências, o Sr Lopes Trovão”. Dentre os políticos que formavam a chapa do PRDF, Irineu Machado foi, sem dúvida, o alvo central dos ataques de Bittencourt, *Correio* e a *Gazeta*. Isso pode ser explicado pelo fato de o deputado ser uma figura política carismática e de forte influência eleitoral nas áreas urbanas do Rio (FREIRE, 2000), o que poderia facilitar a vitória de Lopes Trovão ao Senado. Não é à toa que Bittencourt (17/02/1903), com o objetivo claro de atingir a candidatura de Trovão, lembrava aos leitores que o referido candidato era apoiado por Irineu, cujas “mãos” tinham matado uma tia de sua esposa anos antes, em 1900<sup>32</sup>: “Lopes Trovão (...) bate às portas do Senado (...) conduzido pelas mãos do Sr. Irineu Machado, mãos que ainda trazem vivas as manchas de sangue de um assassinato covarde, que não o levou para a cadeira- é certo- mas o condenou ao perpétuo desprezo”.

No dia da eleição, o jornal de Bittencourt (18/02/1903) voltava a atacar Irineu Machado, ao afirmar que o deputado era o “chefe de malta” que planejava ameaçar o direito do cidadão à livre manifestação do voto por meio da “lâmina fria da navalha” dos seus capangas. Nos dias e meses seguintes ao pleito de 1903, muitos jornalistas do *Correio* e da *Gazeta* continuavam a associar a figura de Irineu Machado à bandidagem, ao afirmarem que o deputado havia comandado vários crimes que “campearam para todos os ângulos da cidade” no dia daquela eleição, assim como, protegera criminosos que com ele se

---

<sup>32</sup> Nessa ocasião, além de Irineu ter assassinado uma tia de sua mulher, tentou matar a essa, por razões, segundo ele, de ciúmes. Sobre o episódio, ver, por exemplo, as edições de julho de 1900 da *Gazeta de Notícias*.

relacionava, dando-lhes fuga, após os mesmos terem assassinado um homem que tinha se manifestado de forma contrária à candidatura de Irineu.<sup>33</sup>

Ao final daquelas eleições, Lopes Trovão perdera o pleito para Lauro Sodré, o que nos mostra que nem sempre o apoio de grupos políticos dominantes a uma candidatura era o suficiente para ganhar as eleições. Segundo Américo Freire, entre os elementos que podem explicar a vitória de Sodré, certamente não se pode desprezar a capacidade de arregimentação da mocidade militar e do *Correio da Manhã*. Nesse sentido, a vitória de Sodré indica que embora as eleições fossem muito controladas, havia possibilidades para o voto espontâneo na época (FREIRE, 2000). Contudo, apesar de ter perdido a cadeira para o Senado, o PRDF foi o grande vitorioso na Câmara dos Deputados, já que grande parte de seus candidatos foram eleitos, como foi caso de Irineu Machado e Augusto de Vasconcelos. Assim, naquelas eleições de fevereiro de 1903 a agremiação consolidou sua posição de principal grupamento político na cidade (FREIRE, 2000, p. 127).

Em 1906, após uma expressiva vitória nas eleições federais de janeiro, o partido passou por uma reorganização a partir da iniciativa de Augusto de Vasconcelos. Naquele ano, Vasconcelos tornou-se Senador e o principal chefe político republicano no Rio de Janeiro até 1915, ano de sua morte. Sob a chefia de Vasconcelos, o PRDF recebeu apoio do general e senador gaúcho Pinheiro Machado; político este que teve ascensão no panorama nacional após as eleições presidenciais de 1906. Durante quase uma década, Pinheiro Machado passou a exercer forte influência na República brasileira e na capital federal<sup>34</sup>. Assim, ungido pelo pinheirismo<sup>35</sup> e sob a liderança incontestada de Augusto de Vasconcelos, o novo PRDF dominaria a cena política carioca por cerca de dez anos (FREIRE, 2000).

Nas eleições presidenciais de 1910, o referido partido, Vasconcelos e Pinheiro Machado apoiaram juntamente com o então presidente da República, Nilo Peçanha (1909-1910), a candidatura de marechal Hermes da Fonseca. Tal candidato disputou com o senador baiano e jurista Rui Barbosa à presidência da República. Essa eleição ocorreu num período durante o qual os dois grandes estados Minas Gerais e São Paulo tinham-se desentendido (CARVALHO, 1987). O senador baiano ao enfrentar o poderio das forças

<sup>33</sup> Ver: “A capangada”, *Correio da Manhã*, 19/02/1903, 2; “A eleição de ontem”, *Correio da Manhã*, 19/02/1903, 1; “Cumplicidade ou inércia”, *Correio da Manhã*, 20/02/1903, 1.

<sup>34</sup> Sobre a força política do líder gaúcho na Primeira República, ver, entre outros estudos: (DUARTE, 2012). Sobre a influência de Pinheiro Machado na capital federal, ver, por exemplo: (PINTO, 2011).

<sup>35</sup> O pinheirismo é aqui entendido, tal como compreendeu Surama Pinto, enquanto um conjunto de práticas políticas ligado ao senador gaúcho. Ao longo da primeira década do século XX e meados da segunda inúmeros são os casos de denúncias feitas por deputados da representação do Distrito Federal contra a influência de Pinheiro Machado seja no reconhecimento dos eleitos para o Congresso, para o Conselho Municipal ou mesmo no encaminhamento de questões relativas à vida cotidiana na cidade do Rio de Janeiro (PINTO, 2011).

dominantes decidiu desencadear a campanha civilista (SODRÉ, 1999). Obteve grande respaldo popular em parte pela sua proposta de adotar o voto secreto no Brasil, largamente explorado pela imprensa da época (BORGES, 2011). Dessa forma, a disputa eleitoral de 1910 foi marcada pelo questionamento do sistema oligárquico, então em vigor, e da sua forma eleitoral (DUTRA, 2005).

Durante a referida eleição, a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã* apoiaram o candidato Rui Barbosa, sob a alegação de que o mesmo defendia a ordem civil e combatia a “tentativa de caudilhagem militar pela candidatura de Hermes da Fonseca”<sup>36</sup>

Ao longo da campanha presidencial, o senador Augusto de Vasconcelos foi um dos políticos do Rio de Janeiro mais acusados pelos referidos jornais civilistas de se aliar aos bandidos da cidade com objetivos eleitorais, pois o seu nome era recorrentemente mencionado nas páginas policiais desses impressos.<sup>37</sup> Esse dado pode ser explicado pelo fato de os 50% de hermistas na Câmara dos Deputados serem representantes do seu partido (PINTO, 2011, p. 172). Além disso, Vasconcelos foi um dos mais aguerridos defensores da candidatura de Hermes da Fonseca. Tais fatos pareciam representar, do ponto de vista do *Correio* e da *Gazeta*, uma ameaça ao civilismo, dado o poderio político do senador e de seu partido no Distrito Federal.

Um dos conhecidos bandidos do Rio acusado de ter estreitas ligações com Vasconcelos chamava-se Arthur Bombeiro. Numa reportagem do *Correio* publicada em 15/03/1910, o jornal informou que o criminoso após dar um “par de bofetadas num transeunte” no centro da cidade, a polícia o segurou para prendê-lo. Mas para o jornalista da matéria Bombeiro buscava se desvencilhar das mãos dos guardas, ao dizer aos policiais que não o tocassem, já que era amigo de Vasconcelos. Isso teria feito os guardas recuarem em sua tentativa de prendê-lo, pois temiam o senador. Não por acaso, dizia o repórter, “certo da impunidade e fiado na proteção valiosa dos padrinhos influentes”, Arthur Bombeiro voltava naquele mesmo dia mais à tarde a promover nova desordem, “levando o pavor a muitos populares”.

Segundo a *Gazeta* e o *Correio*, a proteção que políticos hermistas dispensavam aos bandidos explicava em parte por que criminosos como Arthur Bombeiro realizaram nas eleições presidenciais de 1910 o “miserável processo de fraude, do roubo de livros e dos assaltos às seções eleitorais”.<sup>38</sup>

<sup>36</sup> Ver, entre outras publicações dos jornais: “Sr. Rui Barbosa: chegada de São Paulo”, *Gazeta de Notícias*, 25/12/1909, 2. “O velho liberal”, *Correio da Manhã*, 18/02/1910, 3.

<sup>37</sup> Ver, por exemplo: “A lógica dos acontecimentos”, *Correio da Manhã*, 7/11/1909, 3; “Proteção ao assassino”, *Correio da Manhã*, 5/12/1909, 3; *Gazeta de Notícias*, 30/10/1909, 2.

<sup>38</sup> Ver: “Eleição presidencial”, *Correio da Manhã*, 02/03/1910/ 1; “O responsável”, *Correio da Manhã*, 3/03/1910, 1.

Mas enquanto os políticos favoráveis à candidatura militar como Augusto de Vasconcelos eram vistos como patrocinadores dos crimes e fraudes naquele pleito, o deputado federal Irineu Machado era vangloriado nas páginas desses impressos, pois o mesmo se tornava naquele momento a principal voz do “civilismo carioca” (FREIRE, 2009).

Já nas eleições federais de 1903, como vimos anteriormente, quando Irineu tinha se aliado ao grupo político predominante na cidade do período, o *Correio e Gazeta* o retrataram como um dos grandes responsáveis pelos crimes e fraudes ocorridos naquele pleito. Mas quando o deputado se aliou ao opositor Rui Barbosa na campanha presidencial de 1909/10 passou a ser visto como um homem público ímpoluto que tinha a coragem de atacar a “infeliz candidatura militar”, por meio de denúncias graves que fazia à polícia. Um redator da *Gazeta* alegava, por exemplo, na publicação de 31/10/1909, que as forças de segurança “com sua odiosa política partidária”, estavam mancomunadas com “perigosos facínoras” da cidade para cometer inúmeros crimes no dia do pleito municipal daquele ano:

O Dr. Irineu Machado procurou ontem, em sua residência, o Dr. Esmeraldino Bandeira, ministro do interior, a quem comunicou que ia levar ao seu conhecimento vários fatos que não pôde relatar ao Dr. Leoni, chefe de polícia e delegado auxiliar, que não se encontrava na repartição de polícia para não atender as reclamações que lhes fossem levadas a respeito da atitude dos seus subordinados, que de parceria com os mais perigosos facínoras cabalam desenfreadamente para a eleição de hoje, empregando para este fim todos os processos, os mais condenáveis entre os “habitues” nestas imoralidades.

Assim Irineu Machado aparecia nas páginas da *Gazeta e Correio* como sendo uma espécie de defensor da ordem e da cidadania no que diz respeito aos direitos à segurança pública e à liberdade do voto. Segundo os impressos, o deputado prevenia a população sobre os “previsíveis” crimes e fraudes eleitorais no pleito de 1909.<sup>39</sup>

Apesar de a candidatura de Hermes da Fonseca ter vencido a eleição presidencial de 1910, os políticos civilistas receberam expressiva votação para a composição do novo

---

<sup>39</sup> Ver: “Política do distrito: as eleições de hoje”, *Gazeta de Notícias*, 31/10/1909, 1; “Tópico e notícias”, *Correio da Manhã*, 31/10/1909, 3.

Conselho Municipal no pleito de 1909<sup>40</sup>, e Rui Barbosa um número expressivo de votos na cidade do Rio no pleito de 1910 (PINTO, 2011, pp. 172-173). Como lembra Américo Freire, “aproveitando-se da popularidade obtida por Rui Barbosa na capital, algumas lideranças políticas cariocas (...) perceberam que havia chegado o momento de se buscar uma alternativa à hegemonia do pinheirismo na capital” (FREIRE, 1999, p. 18). “Constituiu-se então uma corrente política civilista que, entre 1910 e 1915, disputou acirradamente o controle do campo político carioca com o pinheirismo” (FREIRE, 1999, p.18).

Durante esse período, dois experientes políticos cariocas lideraram, respectivamente, o “civilismo carioca” e o pinheirismo: Irineu Machado e Augusto de Vasconcelos. A constituição da corrente política civilista na capital pode ser explicada não apenas pela popularidade obtida por Rui Barbosa junto ao eleitorado do Rio, mas também porque a partir de 1910 o pinheirismo na capital ganhava ainda mais força política. Isso se deve ao fato de Augusto de Vasconcelos ter ingressado no Partido Republicano Conservador (PRC), fundado pelo senador gaúcho Pinheiro Machado uma semana antes da posse do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) com o objetivo de promover a união das oligarquias dominantes e dos militares em uma agremiação nacional que apoiaria o novo governo (LOPES, <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>). O alinhamento dos líderes do PRDF, especialmente de Augusto de Vasconcelos, com Pinheiro Machado levou o partido a mudar sua denominação para Partido Republicano Conservador do Distrito Federal (PRC do DF). Reunindo as principais influências políticas da cidade, o PRC do DF tornou-se uma sigla muito mais consistente e influente do que fora o PRDF na primeira década do novo regime (SETEMY, <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>).

Ao analisarmos as publicações de crimes veiculadas durante as disputas eleitorais desse período, verificamos que o *Correio* e a *Gazeta* pareciam estar bem atentos a essa polarização política no Rio. Isso porque passavam de forma maniqueísta aos seus leitores a ideia de que os políticos alinhados ao grupo de Pinheiro Machado eram os grandes responsáveis pelos crimes da cidade, e que, por sua vez, os civilistas a exemplo de Irineu Machado, eram uma espécie de heróis republicanos que lutavam contra os desmandos e as práticas criminosas desse outro grupo político.<sup>41</sup> Não vamos analisar aqui todas eleições do

---

<sup>40</sup> O resultado das urnas no pleito de outubro de 1909 para a composição do novo Conselho deu o que se poderia chamar de empate técnico, fato que abriu espaço para novos conflitos, como assinala Surama Pinto. Sobre esses conflitos, ver: (PINTO, 2011, pp. 173-174).

<sup>41</sup> Ver, por exemplo, as seguintes publicações: “O dia na Câmara”, *Correio da Manhã*, 19/05/1912, 3; “O pleito de ontem: fraude, capangas, tiroteios e sangue”, *Correio da Manhã*, 31/01/1912, 1; “O Dr. Irineu Machado”, *Correio da Manhã*, 20/01/1912, 1; “Mais um escândalo no reconhecimento de poderes”, *Gazeta de Notícias*, 22/05/1912, 1;

período. Mas basta dizer que um dos políticos ligados a Pinheiro Machado mais atacados pelo *Correio* e *Gazeta* era Augusto de Vasconcelos, dada a sua força política no Rio.

Quando nas eleições federais de 1915, buscava se reeleger ao Senado, o *Correio* e a *Gazeta* o acusavam de estar aliciando às vésperas daquele pleito cerca de 80 homens dispostos para assaltar locais de votação, e que seu aliado o deputado “rapadura” Nicanor do Nascimento “como sempre acompanhado de capangas” buscava assaltar as urnas e os livros eleitorais.<sup>42</sup> Nos dias seguintes ao pleito federal, os jornais continuavam a atacar com vigor Vasconcelos, ao acusá-lo de furtar livros eleitorais, promover conflitos e de fraudar votos por meio de eleitores mortos.<sup>43</sup>

Além disso, um dos repórteres policiais do *Correio* divulgava, em uma matéria publicada em 23/03/1915, um crime cometido por um valentão que teria ligações com Augusto de Vasconcelos, chamado de Annais Pereira da Costa, conhecido como Nozinho. Segundo tal jornalista, o criminoso era um protegido pelo “grã-senhor de Campo Grande, o Rapadura” devido aos “serviços eleitorais” que prestava ao senador. O capanga eleitoral de Vasconcelos teria matado um lavrador, ferindo gravemente outro. Segundo o repórter, ele vivia perambulando pelas ruas de Campo Grande, “bafejado pela proteção da politicagem” que dominava essa parte da zona suburbana. Assim protegido, dizia o jornalista, Nozinho “cometia toda a sorte de tropelias sem ser jamais incomodado pela polícia local, que vendo nele um dos bons elementos das hostes do chefe Rapadura, a tudo fazia vista grossa”.

Tal criminoso era retratado como um sujeito “perverso por índole” e “sequioso de dar vazão aos seus instintos sanguinários”. Por isso, um dia ao passar ao seu lado dois lavradores que iam tratar do embarque de mercadorias para o centro da cidade, teria começado a debochar dos referidos trabalhadores rurais, provocando os mesmos com “palavras injuriosas”. Contudo, os lavradores teriam reagido aos insultos de Nozinho, o que era esperado pelo “temível desordeiro para dar vazão aos seus maus instintos”, avançando sobre os trabalhadores, matando um a faca e ferindo gravemente outro. Toda essa descrição minuciosa sobre os crimes que Nozinho teria cometido parecia ser uma forma do jornalista seduzir os leitores para a história narrada, de maneira a suscitar neles um sentimento de repulsa/ódio não apenas ao bandido, mas também em relação a Augusto de

---

“Mais uma façanha de Honório Pimentel”, *Correio da Manhã*, 12/05/1911, 2.; “O caso de Madureira”, *Correio da Manhã*, 2/03/1912, 3; “A luta eleitoral”, *Gazeta de Notícias*, 1/02/1915, 2.

<sup>42</sup> Ver: “As eleições federais”, *Correio da Manhã*, 30/01/1915, 3; “O pleito de hoje. A luta eleitoral será renhida”, *Gazeta de Notícias*, 30/01/1915, 3.

<sup>43</sup> Sobre o assunto, ver, entre outras publicações: “Complicações eleitorais”, *Gazeta de Notícias*, 06/02/1915,1; “O fim da comédia”, *Correio da Manhã*, 04/03/1915,2; “O Waterloo do Rapadura”, *Gazeta de Notícias*, 06/02/1915, 1.

Vasconcelos que teria ligações estreitas com o criminoso. O repórter passava a ideia de que o referido político não protegia a população rural que dizia defender, pois a deixava sob ataque de criminosos. Através desse tipo de discurso, o jornalista parecia buscar minar as bases de sustentação eleitoral do senador, tendo em vista que o mesmo era um dos próceres das áreas rurais da capital (FREIRE, 2000). Assim, por meio dessa reportagem policial, o jornalista do *Correio* procurava, ao que parece, atingir a candidatura desse senador de modo a incentivar a população do Rio a não apoiar o resultado eleitoral que foi favorável a Vasconcelos; resultado esse que estava sendo contestado pelo seu adversário político Sampaio Ferraz.<sup>44</sup>

Contudo, Vasconcelos foi reconhecido como eleito pelo Senado<sup>45</sup>, o que confirmava o seu poderio político no Rio de Janeiro. Mas ficaria pouco tempo no cargo, uma vez que morreu naquele mesmo ano em que foi reeleito. Além disso, o ano de 1915 foi marcado pela morte de Pinheiro Machado.

Segundo Américo Freire, as mortes desses dois senadores produziram importantes mudanças no cenário político local. A mais importante delas, diz o autor, foi a superação da polarização existente entre o pinheirismo e o civilismo que, deixava a partir daquele momento de existir (FREIRE, 1999, p. 19).

Mas em 1916, ao que parece, essa polarização política ainda existia, ao menos pelo que pudemos constatar pelos discursos virulentos que o *Correio* e a *Gazeta* continuavam a fazer contra o pinheirismo. Antes de explicar essa questão, vale notar que tais jornais se mostravam bastante indignados com o fato de Irineu Machado ter recebido o apoio de algumas lideranças do PRC do DF- sigla que voltava a adotar a denominação de Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF)- para sua candidatura à cadeira do Senado, com a vaga deixada por Augusto de Vasconcelos com sua morte (PINTO, 2011, p. 64). Tal indignação das folhas pode ser explicada pelo fato de que Irineu Machado tinha sido por anos um político que dizia lutar a favor do civilismo e contra o grupo de Pinheiro Machado. De todo modo, o candidato que concorria com Irineu era Thomás Delphino, o herdeiro natural de Vasconcelos (PINTO, 2011, p. 92). O fato de os dois candidatos estarem sendo apoiados por um partido-PRDF- que tradicionalmente o *Correio* e *Gazeta* se opuseram de forma ferrenha, fez com que esses dois jornais não tivessem simpatia por

---

<sup>44</sup> Sampaio Ferraz contestou a vitória eleitoral de Vasconcelos, sob a alegação de que o senador havia fraudado as eleições. Ver, por exemplo: “O fim da comédia”, *Correio da Manhã*, 04/03/1915, 2.

<sup>45</sup> Vale notar que “uma etapa final em uma eleição é o reconhecimento dos eleitos. Sobretudo quando existe controvérsia acerca dos resultados, denúncias de fraudes e violência, algum órgão deve ser responsável para dirimir as dúvidas e proclamar os eleitos. No Brasil de hoje essa tarefa é realizada pela Justiça Eleitoral. Mas durante a Primeira República cabia ao Legislativo reconhecer os eleitos. Cada Casa Legislativa era responsável por reconhecer os seus representantes” (NICOLAU, 2012, p.69).

nenhuma dessas candidaturas. Contudo, embora não simpatizassem com a candidatura de Thomás Delphino, consideravam que o referido político deveria vencer o pleito e ser reconhecido como eleito pelo Legislativo, sob a alegação de que quando no passado “sofria os violentos ataques dos adversários, muitos deles feitos pelo próprio Irineu”, “continuava fiel” à facção conservadora. Por sua vez, os impressos assinalavam que Irineu nunca foi do PRDF, muito pelo contrário, uma vez que por anos fizera ferrenhas críticas ao partido.<sup>46</sup> Na percepção do *Correio e Gazeta*, naquele pleito senatorial de 1916 Irineu se aproximara do PRDF não por convicções políticas, mas sim por oportunismo, já que queria conquistar a cadeira do Senado. Com isso, tornava-se um “conservador” e “traidor de Rui Barbosa e do civilismo”, diziam os jornalistas do *Correio e Gazeta*, em tom agressivo.<sup>47</sup>

Foi a partir dessa aproximação de Irineu com o PRDF que os dois jornais voltavam a responsabilizar o deputado pelos crimes ocorridos no Rio, tal como os referidos impressos fizeram nas eleições federais de 1903, quando o parlamentar se aproximou de Augusto de Vasconcelos e recebeu o apoio do PRDF de Barata Ribeiro, como vimos anteriormente. Assim, meses próximos ao pleito senatorial de 1916, os jornalistas das folhas afirmavam que no dia da eleição a cidade do Rio estaria “fatalmente ocupada pelos cabos eleitorais do Sr. Irineu”, “comandando os seus capangas, gente desclassificada” para cometer uma série de crimes.<sup>48</sup> Por isso, diziam tais profissionais de imprensa, que “às vésperas da eleição”, crescia o interesse de Irineu Machado pela livre circulação de todos os criminosos. O deputado teria pedido ao então chefe de polícia Aurelino Leal o relaxamento da prisão de bandidos efetuada por um delegado. Segundo os repórteres do *Correio e Gazeta*, ao procurar libertar “falsificadores, assassinos conhecidos e vagabundos”, Irineu planejava ganhar as eleições pela fraude e violência.<sup>49</sup>

Contudo, os jornalistas de ambos impressos, afirmavam que no dia do pleito senatorial o deputado acabou não adotando os “seus habituais processos para demonstrar o seu prestígio eleitoral: isto é, soltar pelas ruas os “Zés do Senado”, de revólver em punho, a matar gente para aumentar o triunfo do grande protetor”.<sup>50</sup> Para os jornais, diferentemente de outras eleições, Irineu não havia utilizado seus capangas para matar pessoas que se manifestavam de forma contrária à sua candidatura. Isso porque teria

<sup>46</sup> Ver: *Gazeta de Notícias*, 10/05/1916, 2; “Eleição para cadeira do Senado”, *Correio da Manhã*, 05/01/1916, 1.

<sup>47</sup> Ver: “Política do Distrito”, *Gazeta de Notícias*, 13/01/1916, 1; *Correio da Manhã*, 05/06/1916, 1.

<sup>48</sup> Sobre o assunto, ver: “Eleição para cadeira do Senado”, *Correio da Manhã*, 05/01/1916, 1; 06/02/1916/1; “Política do Distrito”, *Gazeta de Notícias*, 13/01/1916, 1.

<sup>49</sup> Ver, por exemplo: “A vaga no senado”, *Gazeta de Notícias*, 12/02/1916, 2; “Véspera de sangueira”, *Correio da Manhã*, 05/01/1916, 1.

<sup>50</sup> “A vaga no senado”, *Gazeta de Notícias*, 13/03/1916, 3; “A força eleitoral de ontem”, *Correio da Manhã*, 13/03/1916, 3.

preferido perpetrar a “fraude sem tiros” a fim de conquistar a cadeira no Senado. Por isso, acompanhado de “vários vagabundos e desordeiros profissionais” foi ao cartório da primeira Vara Federal no edifício do Supremo Tribunal Federal onde, nas palavras de um jornalista do *Correio* (10/04/1916), “violou os armários que continham os livros relativos ao pleito federal”.

Para atingir a candidatura de Irineu, o *Correio* e *Gazeta* também salientavam que o referido político e as lideranças do PRDF que o apoiavam eram “conhecidíssimos da polícia”, já que “tinham ficha na polícia, tendo respondido a processos por crimes comuns”<sup>51</sup>. Os repórteres policiais do *Correio* também acusavam Irineu Machado de ser um dos protetores dos criminosos do grupo “mão negra”.<sup>52</sup> Já os repórteres da *Gazeta* não o intitulavam como protetor desse grupo criminoso, mas o descreviam como um político violento que tinha o hábito de se associar a “assassinos e facínoras conhecidos”<sup>53</sup> para atingir seus objetivos eleitorais, embora, como já foi assinalado, o jornal afirmasse que Irineu Machado não havia mandado cometer crimes violentos contra os cidadãos naquele pleito.

De todo modo, tanto o *Correio* quanto a *Gazeta* afirmavam que o referido político ganhou o pleito senatorial devido aos “serviços eleitorais” prestados pelos criminosos da cidade à sua candidatura.

Vale notar que nos anos seguintes ao pleito de 1916 tais jornais continuavam a atacar os grupos políticos dominantes, com o objetivo, entre outros, de convencer os eleitores a não votarem nesses grupos.<sup>54</sup> Para tanto, no pós-1916 assim como nos anos anteriores buscavam passar a impressão de que suas opiniões sobre os personagens políticos mencionados tinham o sentido de expressar um consenso, como se *todos* os significados com que trabalhavam fossem comuns para *toda* a sociedade (MAUCH, 2004; SCHWARCZ, 1987), mesmo que saibamos que na prática os textos jornalísticos eram (e são) produto do que os profissionais de imprensa entendiam (e entendem) como significados coletivos. Num artigo do dia 17/02/1903, por exemplo, um jornalista do *Correio* dizia:

---

<sup>51</sup> Ver, entre outras publicações: “Véspera de sangueira”, *Correio da Manhã*, 05/01/1916, 1.

<sup>52</sup> Sobre as reportagens policiais acerca do assunto, ver, por exemplo: “Um bando de piratas”, *Correio da Manhã*, 21/06/1916, 2.

<sup>53</sup> Ver: “A vaga do senado”, *Gazeta de Notícias*, 12/03/1916, 2

<sup>54</sup> Sobre essas eleições, ver, por exemplo: “A eleição senatorial”, *Correio da Manhã*, 04/05/1919, 3; “As urnas”, *Gazeta de Notícias*, 14/04/1919, 2; “Uma falsificação inominável”, *Correio da Manhã*, 01/05/1919, 2.

Para ninguém é mistério que a gente capitaneada pelos Srs. Irineu Machado, Barata Ribeiro e Augusto de Vasconcelos (...) pretende forjar a eleição do candidato de suas conveniências, o Sr. Lopes Trovão. (...)

O povo quer (...) afirmar a sua fé pela República, premiando Sodré para o Senado.

Além de direcionarem os seus discursos para os eleitores e o público de uma maneira geral, a *Gazeta* e o *Correio* também destinavam suas mensagens para o Legislativo, na medida que era esse órgão que fazia o reconhecimento dos eleitos. Para tanto, pressionavam /cobravam ao referido órgão a reconhecer como eleitos os candidatos apoiados pelos jornais. Nas palavras de um redator da *Gazeta* (22/05/1916):

(...) Logo que se anunciaram e se marcaram as eleições para preencher a vaga deixada pelo Sr. Augusto de Vasconcelos, começou o Sr. Irineu Machado o seu costumeiro trabalho de preparação próxima, arranjando as coisas de modo que, no momento oportuno, lhe fosse fácil ou, pelo menos, possível, vencer o seu adversário pela fraude, já que não lhe era possível vencê-lo pelo prestígio das urnas. (...) É incrível a quantidade de fraudes e bandalheiras manipuladas pelo Sr. Irineu e a sua ignóbil comparsaria.

(...) O Senado sabe tanto ou melhor do que nós que quase todos os votos do Sr. Irineu são mentirosos e (...) fraudulentos. O dever do Senado é reconhecer o Sr. Thomás Delphino como único votado no último pleito. Fora daí, tudo quanto se fizer é pactuar com as bandalheiras do Sr. Irineu.

Todos esses usos políticos das publicações de crimes da *Gazeta* e do *Correio* indicam que seus profissionais tinham expectativas de que as eleições pudessem introduzir um mínimo de renovação na cena política, tendo em vista que os candidatos que apoiavam eram de oposição aos grupos políticos dominantes, ao menos na grande maioria das eleições consultadas. Afinal, as eleições na Primeira República, conforme assinala Petrônio Domingues, “não se resumiam a um jogo de cartas marcadas”, já que “as cartas, no tabuleiro da política, eram permutadas, barganhadas, embaralhadas, negociadas, confrontadas, blefadas, de modo que o resultado daquele jogo nem sempre era previamente determinado” (DOMINGUES, 2013, p. 78).

**Expectativas em relação às eleições e à segurança pública na imprensa**

No decorrer deste trabalho, vimos como o *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil* articulavam diversos problemas políticos e eleitorais do Brasil e do Rio de Janeiro republicano com o crime. O crime e suas supostas relações com os políticos e a polícia pareciam significar para a imprensa a possibilidade de discutir a viabilidade das eleições na República.

Embora os jornalistas criticassem com veemência a política da época, construíam naquele momento um “horizonte de expectativa” – expressão proposta por Reinhart Kosseleck<sup>55</sup> – de um futuro melhor, alinhado na união de esperanças, desejos e aspirações por uma República na qual houvesse a garantia ao direito do voto.

Tal aspiração era expressa através dos apelos ou cobranças que os profissionais de imprensa faziam às autoridades competentes no cumprimento desse direito. Como dizia um redator da *Gazeta* em 19/02/1903: “O governo tem o dever de garantir a liberdade de voto”. Na concepção dos jornalistas, instituir de fato a democracia no Brasil, através do fim da corrupção eleitoral e das relações estreitas entre a política e crimes, não só garantiria o direito do cidadão à liberdade do voto, mas também asseguraria os direitos de propriedade e vida da população contra os ataques dos criminosos da cidade. Afinal, como já vimos, os profissionais de imprensa ressaltavam que era devido à presença e à impunidade das práticas fraudulentas nas eleições da época que a criminalidade no Rio crescia.

Assim, o fato de os jornalistas insistirem em ressaltar que havia na capital constantes ocorrências de fraudes e violências eleitorais, não significa que eles desqualificassem as eleições como desnecessárias. Muito pelo contrário. Na concepção desses profissionais, o voto na sociedade era muito importante para a formação da democracia e da cidadania na República.

Por isso, ressaltavam que as autoridades tinham a obrigação de punir os cabos eleitorais/capangas envolvidos nos crimes e os políticos supostamente ligados a esses criminosos. Segundo os jornalistas, os candidatos não podiam disputar os cargos políticos por meio da impunidade dos delitos que comandavam/perpetravam, pois tais ocorrências policiais infringiam os princípios constitucionais de inviolabilidade dos direitos à propriedade, segurança individual e liberdade do voto. Segundo o *Correio da Manhã* (20/02/1903):

---

<sup>55</sup> Para Reinhart Kosseleck, o “horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”. O autor define expectativa como algo que “se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (KOSSELECK, 2006, p. 311). Para uma análise da obra de Kosseleck e estes conceitos, ver: (OLIVEIRA, 2006, pp. 17-44).

Não é cercado de capangas, ferindo senhoras, amedrontando famílias, apunhalando cidadãos inermes e assassinando as pessoas (...), que se disputa a cadeira de deputado, e foi isso que, anteontem, em plena cidade, praticou Irineu Machado (...).

(..) O ultraje sofrido pela população desta capital carece uma satisfação, e o Sr. Dr. Rodrigues Alves (...) está na obrigação moral de dá-la (...).

Esses bandidos que, durante horas, trouxeram em sobressalto a pacífica população desta cidade, precisam ser punidos, mas essa punição deve começar pelo mandante dos crimes praticados (Irineu Machado).

Ao se debruçar sobre o papel da polícia no combate à criminalidade, a imprensa ressaltava que as forças de segurança só conseguiriam cumprir com eficácia esse papel por meio da moralização da sua instituição. Para tanto, salientava que a polícia, nas palavras de um repórter do *Correio* (6/11/1915), não se deixasse “levar pelas ameaças dos politiquinhos, sem escrúpulos, que têm nos desordeiros, os seus guarda-costas”. Nesse sentido, os jornalistas pressionavam/cobravam com frequência à referida instituição para que a mesma não se sujeitasse às pressões dos políticos para libertar criminosos da prisão. Um redator do *Correio* às vésperas do pleito senatorial de 1916, por exemplo, dizia no dia 6/02, ao comentar a suposta solicitação do deputado Irineu Machado ao chefe de polícia Aurelino Leal para soltar os “seus protegidos” da cadeia: “(...) O Sr. Aurelino Leal não pode, nem deve atender às solicitações do Sr. Irineu (...) justamente porque o pleito eleitoral aí vem é que os desordeiros devem ser afastados para a Colônia Correccional, embora protegidos por quem quer que seja”.

As cobranças/pressões frequentemente realizadas pelos profissionais do *Correio*, *Gazeta* e *Jornal do Brasil* à polícia para que controlasse e combatesse com eficácia a criminalidade da época indicam que a imprensa tinha expectativas de que a referida instituição pudesse assegurar a segurança pública e a liberdade do voto à população. A própria população carioca parecia também ter tais expectativas em relação ao cumprimento da garantia à segurança pública, já que cobrava à polícia tal garantia (SILVA, 1988). Além disso, como destaca Daniel José Eduardo, havia cidadãos no Rio de Janeiro que lutavam avidamente pelo direito de participar das eleições durante a Primeira República (EDUARDO, 2011). Segundo o autor, muitos recorreram à justiça para reagir contra os limites instituídos por políticos e os capangas a serviço deles. Se, por um lado, “enfrentar a violência física dos capangas com suas armas e porretes era muitas vezes uma luta desigual

e perigosa”, por outro, havia cidadãos que optaram “por lutar num campo de certa forma menos violenta fisicamente” (EDUARDO, 2011, p. 112). Assim, uma parte da população do Rio ao procurar participar do processo eleitoral da época pela via judicial, buscava lutar contra a violência das impunidades e das fraudes eleitorais (EDUARDO, 2011). Isso nos mostra que ainda que o voto não fosse um direito amplo naquela sociedade, havia setores da população – incluindo aí as classes populares –, como demonstram Martha Abreu e Carolina Dantas, que valorizavam a esfera da representação política formal, o Parlamento e seus desdobramentos como um importante espaço de participação política, evidenciando que existiam expectativas em relação às eleições na Primeira República (ABREU & DANTAS, 2011).

Os jornalistas pareciam estar atentos a todos esses interesses, demandas e anseios de setores da sociedade em relação às eleições e à segurança pública, pois tratavam intensamente desses assuntos em suas publicações de crimes. Tudo isso indica que tinham expectativas positivas em relação ao futuro da República no Rio de Janeiro.

## Conclusão

Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar como os principais jornais cariocas do início do século XX articulavam as supostas relações entre os políticos e os criminosos, e as influências/pressões políticas na polícia, com a impunidade e o aumento das práticas criminais no Rio de Janeiro durante os pleitos eleitorais do período em foco. Ao se debruçarem sobre tais assuntos, os jornalistas, como vimos, se mostravam descontentes com os rumos da política republicana, já que assinalavam que os crimes cometidos pelos cabos eleitorais/capangas de políticos infringiam os princípios constitucionais de inviolabilidade dos direitos à propriedade, segurança individual e liberdade do voto. Contudo, tal descontentamento dos jornalistas não significa que estivessem alheios à política; muito pelo contrário. Esses profissionais encontraram nas páginas dos jornais da época, por meio das reportagens e artigos sobre crimes, um espaço de manifestação, ainda que não aspirassem certamente revolucionar a sociedade<sup>56</sup>. Ao que parece, buscavam questionar a República oligárquica, por justamente cobrarem das autoridades a garantia dos direitos dos cidadãos à segurança pública e ao voto.

---

<sup>56</sup> Vale notar que os jornalistas que discutiam outros temas, tais como o carnaval e a educação, também encontraram nas páginas dos jornais, um espaço de manifestação, como demonstram estudos recentes sobre a Primeira República (COUTINHO, 2006; DANTAS, 2007; DUTRA, 2005).

Isso indica que embora os jornalistas estabelecessem relações intrínsecas entre a política do período e os crimes, tinham o desejo, a esperança e a expectativa por uma República que pudesse garantir tais direitos de cidadania. Não por acaso desejavam, esperavam e acreditavam que o Rio de Janeiro não continuasse mais a ser o “paraíso dos criminosos”.

### Referências bibliográficas

ABREU, Martha e DANTAS, Carolina. “É chegada a ocasião da negrada bumbar: comemorações da Abolição e política na Primeira República”. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, jan./jun. 2011.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

\_\_\_\_\_. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BASTOS, Aurélio Wander. “O poder e as leis: a dominação eleitoral na Primeira República”. In: Lima, Olavo Brasil de. *O balanço do poder: formas de dominação e representação*. Rio de Janeiro: Luperj, 1990.

BERNARDI, Célia de. *O lendário Meneghetti: imprensa, memória e poder*. São Paulo: Annablume, 2000.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa . *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COUTINHO, Eduardo. *Os cronistas de momo: imprensa e carnaval na Primeira República*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2006.

DANTAS, Carolina. “Café com leite”: *história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914)*. Niterói: PPGH-UFF, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. “ “ Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política”. *Novos Estudos*, n. 95, 2013.

DUARTE, Luiz Antônio Farias. “Imprensa e poder no Brasil republicano: estudo interpretativo das relações dos jornais A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e

Tribuna da Imprensa com os políticos José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Artur da Costa e Silva”. Porto Alegre: Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em comunicação social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1904-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

EDUARDO, Daniel José. *Cidadãos e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República: do ‘voto de cabresto’ ao direito de ser eleitor*. Niterói: Dissertação de mestrado, UFF, 2011.

FAR, Alessandra El. *Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes & MONTALVÃO, Sérgio. “Verbete Jornal do Brasil”. In: ABREU, Alzira Alves et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. V.3.

FREIRE, Américo. “Augusto de Vasconcelos – O Dr. Rapadura: um estudo sobre liderança e negociação política na capital federal”. In: *O Rio de Janeiro em três perfis. Trajetórias individuais e o campo político carioca*, Textos CPDOC, n. 35, 1999.

\_\_\_\_\_. *Entre a insurreição e a institucionalização. Lauro Sodré e a República carioca*. Texto CPDOC, n. 26, 1997.

\_\_\_\_\_. “Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado”. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 26, p. 121, 2009.

\_\_\_\_\_. *Uma capital para a República. Poder local e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

GOMES, Ângela de Castro & Abreu, Martha. “A nova “velha” República”: um pouco de história e historiografia”. Vol. 13, n. 26, *Revista Tempo*, jan. 2009.

GRUNER, Clóvis. “Em torno à “boa ciência”: debates jurídicos e a questão penitenciária na imprensa (1901-1909)”. *Revista de História Regional* 8(1), 2003.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC - Rio, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LOPES, Raimundo Helio. “Augusto de Vasconcelos”. <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica> . Acesso em 10 de agosto de 2017.

- MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Niterói: Tese de doutorado, UFF, 2008.
- MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: Edunisc / ANPUH-RS, 2004.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado (Sociologia), 1999.
- NETTO, Manoel Cardoso de Carvalho. *Noite oito quatro*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1977.
- NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- OLIVEIRA, Janaína Pereira de. *O futuro aberto: Jacob Burckhardt, G.W.F Hegel e o problema da continuidade histórica*. Tese de Doutorado, PUC-RIO, História, 2006.
- OTTONI, Ana Vasconcelos. “Criminosos, polícia e políticos em letras impressas: jornais cariocas, criminalidade na cidade do Rio de Janeiro e fraudes eleitorais no início do século XX”. *Dia-Logos- Revista dos alunos de Pós-graduação em História da UERJ*, n.4, 2010, pp. 11-25.
- PEDROSO, Rosa Nívea. *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista*. São Paulo: Annablume, 2001.
- PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: O jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2011.
- PORTO, Ana Gomes. *Crime em letra de fôrma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*. Dissertação de Mestrado, História, UNICAMP, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- SETEMY, Adrianna. “Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF)”. <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica> . Acesso em 10 de agosto de 2017.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VENEU, Marcos Guedes. “Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 1, 1987, pp. 45-72.

